

O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) EM CATALÃO (GO): ALGUNS DESAFIOS DO GRUPO DE MULHERES DO MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR (MCP)

Gilliard Pedro Marques ¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o funcionamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Catalão (GO) a partir da relação entre o Grupo de Mulheres do Movimento Camponês Popular (MCP) e a Prefeitura Municipal de Catalão (GO). A metodologia perpassou por dois momentos de investigação, a pesquisa teórica e a pesquisa de campo. Na primeira, realizamos a revisão bibliográfica de livros, artigos, leis e *sites* que abordam as políticas públicas, em específico, o Programa Nacional da Alimentação Escolar. Na pesquisa de campo, participamos das reuniões com o Grupo de Mulheres do MCP, com o qual fizemos algumas entrevistas. Das discussões realizadas, podemos frisar, de antemão, que as políticas públicas são essenciais para equalizar as desigualdades e as injustiças sociais ainda presentes na sociedade brasileira. No entanto, para a melhoria desses programas e políticas públicas, é preciso questionar a forma de atuação dos municípios brasileiros nas suas operações, visto o forte grau de aparelhamento e o uso partidário ainda presentes, como acontece no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Catalão (GO).

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Catalão (GO). Grupo de Mulheres do Movimento Camponês Popular (MCP).

THE NATIONAL SCHOOL MEAL PROGRAM (PNAE) IN CATALÃO (GO): SOME CHALLENGES OF WOMEN'S GROUP OF POPULAR PEASANT MOVEMENT (MCP)

ABSTRACT

This study aims to analyze the operation of the National School Meal Program (PNAE) in Catalão (GO) from the relationship between the women's group of Popular Peasant Movement (MCP) and the Municipality of Catalão (GO). By the goal, the methodology went through two stages of investigation, the theoretical research and the field research. Firstly, we conducted a literature review of books, papers, laws and sites that discuss the public policies, in specific, the National School Meal Program (PNAE). In the field research, we participate of the meetings with the women's group of the MCP, with whom we did some interviews. Of the discussions, we can emphasize, beforehand, that the public policies are essential to equalize inequalities and social injustices still present in Brazilian society.

¹ Geógrafo, mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. gilliardfc21@gmail.com.

However, to improve these programs and policies is necessary to question the form of action of municipalities in their operations, regarded the high degree of coalition and the partisan use still present, as in the case of the National School Meal Program (PNAE) in Catalão (GO).

KEYWORDS: National School Meal Program (PNAE). Catalão (GO). Women Group of Popular Peasant Movement (MCP).

EL PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACIÓN ESCOLAR (PNAE) EN CATALÃO (GO): ALGUNOS RETOS DEL GRUPO DE MUJERES DEL MOVIMIENTO CAMPESINO POPULAR (MCP)

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el funcionamiento del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en Catalão (GO) a partir de la relación entre el Grupo de Mujeres del Movimiento Campesino Popular (MCP) y el municipio de Catalão (GO). La metodología consistió en dos momentos de la investigación, la investigación teórica y la investigación de campo. Al principio, se realizó una revisión bibliográfica de libros, artículos, leyes y sitios que tratan sobre la política pública, en específico, el Programa Nacional de Alimentación Escolar. En la investigación de campo, participamos en reuniones con el Grupo de Mujeres del MCP, con lo cual hicimos algunas entrevistas. De las discusiones, podemos destacar, de antemano, que las políticas públicas son esenciales para igualar las desigualdades e injusticias sociales aún presentes en la sociedad brasileña. Pero para mejorar estos programas y políticas, debemos cuestionar el modus operandi de los municipios en sus operaciones, ya que el alto grado de coalición y el uso partidista sigue presentes, como en el caso del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en Catalão (GO).

PALABRAS CLAVE: Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). Catalão (GO). Grupo de Mujeres del Movimiento Campesino Popular (MCP).

1 INTRODUÇÃO

O marco legal vigente do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) é a Lei n. 11.947, de 2009. Essa lei estabelece que no mínimo 30% do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos municípios deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretos da agricultura familiar.

Sendo assim, o PNAE é uma política pública muito recente e envolve vários setores e agentes do campo e da cidade: agricultores, prefeitos, merendeiras,

alunos, diretores, professores, secretários da agricultura, educação, meio ambiente, entre outros.

Neste artigo, objetiva-se analisar o funcionamento do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em Catalão (GO) a partir da relação entre o Grupo de Mulheres do Movimento Camponês Popular (MCP) e a Prefeitura Municipal de Catalão (GO). A ideia é propiciar o entendimento do PNAE em Catalão (GO), realizando uma abordagem menos romantizada e mais crítica do funcionamento dessa política pública.

Em relação à metodologia, a reflexão que se apresenta adiante resulta de dois momentos de investigação; a pesquisa teórica e a pesquisa de campo. Na primeira, realizamos a revisão bibliográfica de livros, artigos, leis e *sites* que abordam as políticas públicas, em específico, o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Na pesquisa de campo, participamos das reuniões com o Grupo de Mulheres do MCP, com as quais fizemos algumas entrevistas.

Das discussões realizadas, podemos frisar, de antemão, que a políticas públicas são essenciais para equalizar as desigualdades e as injustiças sociais ainda presentes na sociedade brasileira. Mas, para a melhoria desses programas e políticas públicas é preciso questionar a forma de atuação dos municípios brasileiros nas suas operações, visto o forte grau de aparelhamento e uso partidarista ainda presentes, como no caso do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) em Catalão (GO).

2 DESENVOLVIMENTO

Atualmente a denominação “Grupo de Mulheres” ou “Grupo de Mulheres do MCP” é um coletivo vinculado ao Movimento Camponês Popular (MCP). Mas a sua gestação vem sendo feita desde 2005 com a consolidação do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) no Estado de Goiás. Em 2008, ocorre a saída de um grupo

da direção do MPA em Goiás e, então, cria-se o Movimento Camponês Popular (MCP).

Tinha-se percebido que, desde a formação do MPA, as políticas levantadas pelo movimento não atraíam as mulheres, inclusive, as reuniões nas comunidades de base tinham se tornado reuniões somente para os homens. Neste momento surgiram as discussões sobre o papel da mulher e da importância de políticas direcionadas a elas. A partir de 2008, a direção do MCP buscou fortalecer o debate do papel das mulheres e, então, foram realizados vários encontros para debates sobre formação política, gênero, etc.

Em Catalão (GO), no início do MCP, buscou-se realizar o artesanato a partir da palha de milho crioula e de outros produtos comuns na realidade vivida no campo. Foi criada, também, uma feira camponesa no Bairro Ipanema, em 2008. A feira foi e é muito importante para as mulheres adquirirem uma melhor renda, autonomia e qualidade de vida. As mulheres sempre contribuíram nas propriedades com diversas atividades, mas a renda na maioria das vezes centrava-se nos homens. Muitas mulheres sempre ajudaram no trabalho com as sementes crioulas, porém, quando comercializavam-no, o dinheiro ficava todo com o homem.

Após a criação dessa feira em Catalão (GO), o grupo e o MCP se fortaleceram ainda mais. Quando sancionada a Lei do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2009, o Grupo de Mulheres começa a se organizar, pois, de acordo com a Lei 11.947, de 2009, pelo menos 30% do montante repassado aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para compra de merenda devem ser direcionados para agricultores familiares. No início, o Grupo buscou informações em vários órgãos públicos, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre outros, para entender o funcionamento do PNAE e como elaborar o projeto para acessá-lo.

Em 2012, o Grupo de Mulheres do MCP consegue acessar, pela primeira vez, o PNAE no município de Catalão (GO). Esse Grupo era composto por 13



mulheres. No contrato de 2014 havia 54 pessoas, deste total apenas 17 eram homens e 37 mulheres, ou seja, 68%. O Grupo de Mulheres entregou, no ano de 2014, 39 diferentes produtos para 29 escolas municipais e conveniadas de Catalão (GO). Foram produzidos 25 produtos, entre frutas e verduras (cenoura, milho verde, mexerica, maracujá, entre outros) e 14 produtos panificados, (rosca, doce de leite, pão de queijo, entre outros).

Para o projeto do PNAE, em 2015, os coordenadores disseram ter 75 pessoas interessadas em participar do Grupo de mulheres e acessarem o Programa. Entretanto, a prefeitura tem recusado a cumprir a lei e assinar o projeto com o Grupo, alegando que, de acordo com os parâmetros da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (ANVISA), os produtos estão inadequados.

Assim, um dos desafios do Grupo de Mulheres do MCP é a inspeção. O poder municipal de Catalão (GO) critica a qualidade dos produtos, todavia, nem o local de armazenagem para distribuição da merenda das escolas do município está dentro das normativas corretas da vigilância. No depósito da merenda escolar que ficava no Setor Municipal de Alimentação Escolar (SEMAE), os produtos eram, muitas vezes, estocados de forma inadequada; no chão e sem refrigeração.

Em busca de solucionar os entraves relacionados à vigilância, o Grupo de Mulheres do MCP tem buscado parcerias desde 2012, a exemplo da Incubadora de Empreendimentos Sociossolidários (INESSOL) da Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão (UFG-RC), que tem como objetivo resolver a questão do Selo de Inspeção, sendo que o município tem demonstrado pouco interesse na sua criação. A INESSOL já elaborou uma cartilha formativa sobre Boas Práticas de Fabricação para o grupo e está discutindo o que será feito a curto, médio e longo prazo.

Sendo assim, para fazer parte do Grupo de Mulheres do MCP na entrega da merenda escolar, é preciso seguir vários critérios, como: participar das oficinas e cursos que visem à melhoria na fabricação e produção dos alimentos, em parceria com a Prefeitura Municipal de Catalão (GO) e com a Universidade Federal de Goiás

(UFG); participar nas lutas e reuniões do Grupo; ter responsabilidade com a quantidade e com a qualidade dos produtos; morarem no campo, entre outros.

Diante disso, o Grupo de Mulheres do MCP tem buscado parcerias com a Universidade Federal de Goiás, com Prefeitura Municipal de Catalão (GO), entre outros, para adequar-se cada vez mais à vigilância sanitária. Mas, apesar da proximidade com a Prefeitura, que ocorria desde agosto de 2012, as coisas começaram a mudar a partir de setembro de 2014, momento em que o Grupo de Mulheres do MCP se posicionou e se mobilizou a favor dos ribeirinhos da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Samambaia - Pari, no conflito pela água em Catalão (GO).

Na Bacia do Ribeirão Samambaia - Pari, 17 famílias tiveram perda total da produção de hortaliças e ficaram proibidas de produzir, em virtude do lacramento das suas bombas de irrigação. O poder público municipal de Catalão (GO) alegava que, naquele momento, a dessedentação humana na cidade era prioridade. Até hoje, nenhuma dessas famílias foram indenizadas e a Prefeitura de Catalão (GO) não realizou nenhuma das promessas e acordos firmados com os ribeirinhos da bacia, como o realizado junto ao Ministério Público de Catalão (GO), para solucionar o abastecimento público de água na cidade.

De acordo com a realidade apresentada, fica claro que o discurso da inadequação dos produtos, em relação à vigilância sanitária, advindo da prefeitura de Catalão (GO) para não concretizar o PNAE, em 2015, é apenas um disfarce para esconder os verdadeiros fatores.

Os representantes da Prefeitura Municipal de Catalão (GO) tinham em mente que o Grupo de Mulheres e o próprio Movimento Camponês Popular iriam ficar condicionados ao projeto do PNAE, que, no ano de 2014, ultrapassou 1 milhão de reais. Porém, quando viram que não tinham o domínio do Grupo de Mulheres e do MCP em Catalão (GO), iniciaram os frequentes atrasos nos pagamentos e outros entraves relacionados ao PNAE.

Nesse sentido, ainda em 2014, o Secretário Municipal da Educação de Catalão (GO) decretou que, em 2015, as famílias camponesas que produzem



merenda escolar deverão entregar os produtos de escola em escola, ou seja, se antes havia um depósito de armazenagem da merenda (SEMAE), agora cada direção das unidades escolares fica responsável pelo seu recebimento.

Assim, em vez de a prefeitura criar o Sistema de Inspeção Municipal (SIM), adequar o depósito de entrega (SEMAE) e realizar parcerias para a melhoria dos produtos oferecidos pelos agricultores, preferiu a descentralização da entrega dos produtos, isto é, fazer uma espécie de jogada para aumentar os custos e as dificuldades operativas do Grupo de Mulheres no que diz respeito ao acesso ao PNAE.

Ademais, o seu poderio midiático foi usado para derrubar e desgastar o Grupo de Mulheres. Na nota que a Secretaria Municipal da Educação de Catalão (GO) divulgou, cita-se que a vigilância sanitária alertou sobre a qualidade dos produtos da merenda escolar feitos pelo Grupo de Mulheres do MCP e, por isso, a prefeitura teve de suspender a compra.

O Grupo de Mulheres do MCP diz que não foi informado a respeito destas denúncias feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Em nota, o Grupo respondeu em Janeiro de 2015 que:

3) No que diz respeito à qualidade dos produtos garantimos que a produção é feita em cozinhas e ambientes adequados, com total higiene (com uso de toucas, aventais e luvas) e controle de qualidade. O trabalho é desenvolvido junto ao PNAE (Programa Nacional da Alimentação Escolar), sendo que todas as camponesas envolvidas na produção dos planejados são certificados e participam frequentemente de treinamentos e oficinas voltadas à melhoria do serviço prestado. Alguns desses treinamentos são feitos, inclusive, por uma nutricionista da Prefeitura de Catalão.

4) Os planejados destinados às escolas são produzidos no domingo e entregues na segunda. A entrega de produtos é feita mediante a aprovação do SEMAE (Setor Municipal de Alimentação Escolar). Dessa maneira, acreditamos que os casos em que foram encontrados fungos são decorrentes do mal armazenamento dos planejados após a entrega. Quando acontece de os produtos não estarem dentro do padrão de qualidade, eles são devolvidos e substituídos. Temos fichas de devolução que podem assegurar isso (MCP, 2015).

O Grupo de Mulheres afirma que não foi informado pela Vigilância Sanitária, mas os representantes da Prefeitura Municipal de Catalão (GO) alegam que foram

advertidos. O estranho de tudo é que a Prefeitura não anunciou se também não teria sido notificada pela Vigilância Sanitária, vistas as condições em que eram estocados os produtos da merenda entregues pelo Grupo de Mulheres no SEMAE, bem como pela forma que são transportados pela Prefeitura até as escolas.

Na nota veiculada por representantes da Prefeitura de Catalão (GO), foi citado que existe uma insatisfação dos diretores das escolas, que, em notificações e relatórios, desaprovaram os produtos da agricultura familiar. Então, o Secretário Municipal da Educação articulou uma reunião do Grupo de Mulheres do MCP conjuntamente com os diretores das escolas, na qual explicou-se como funcionava a fabricação e a entrega no SEMAE. Alguns permaneceram em silêncio, outros desaprovaram os produtos vindos da agricultura familiar, principalmente os panificados. Contudo, quem é funcionário municipal sabe das pressões que são feitas nas pessoas que ocupam esses cargos de gestores escolares.

Na reunião, os representantes da Secretária Municipal da Educação explicitaram, também, que os produtos vindos da agricultura familiar estão com preços abusivos, ou seja, acima da realidade local. Assim, observa-se que existe falta de conhecimento por parte dos representantes da prefeitura.

No PNAE, a entidade executora deve considerar os preços de referência praticados no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) da CONAB. Nas localidades que não houver este Programa, os preços de referência deverão ser calculados com base em critérios definidos a partir do valor gasto no ano. Por exemplo:

Compras de até R\$ 1000.000,00 por ano:

- Média de preços pagos aos produtos da Agricultura Familiar por 3 mercados varejistas (priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar);
ou
- Preços vigentes para o varejo em pesquisa no mercado local ou regional.

Nas compras maiores ou iguais a R\$ 1000.000,00 por ano:

- Média dos preços praticados no mercado atacadista nos últimos 12 meses; ou
- preços apurados em licitações de compras de alimentos realizados no âmbito da Entidade Executora, desde que em vigor, ou



I- - preços vigentes, apurados em orçamento, de no mínimo 3 mercados atacadistas locais ou regionais (LEI 11. 947).

Diante disso, no PNAE, os gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para alimentação escolar não podem ser inferiores aos produtos cobertos pelo Programa de Garantia de Preços para Agricultura Familiar (PGPAF) e devem ser atualizados semestralmente.

Dessa forma, mesmo que a Lei N. 11.947 de 2009 do PNAE seja muito clara em relação aos preços a serem pagos pelos produtos oriundos da agricultura familiar e sendo os valores pagos pela Prefeitura de Catalão (GO) abaixo da média da região, a Prefeitura insiste em questioná-los. O recurso dos 30% do PNAE vem da esfera Federal e deve ser direcionado para a compra da merenda escolar advinda da agricultura familiar. Entretanto, em 2014, o atraso do pagamento surgiu como um elemento que desestimula e tem tornado inviável a participação de muitas famílias nesse projeto.

Em face disso, o Grupo de Mulheres do MCP também tem destacado a resistência do reconhecimento da Lei 11.947 e de seu cumprimento pela prefeitura. Fato que traz muitas contradições, por exemplo, a diversificação da produção (policultura) é uma pauta histórica do MCP nos grupos de base e via-se no PNAE uma política pública que iria fortalecer esta proposta para o campo local. Veja abaixo, as diretrizes do PNAE:

II- O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

III- O apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos (LEI 11. 947).

Apesar de a Lei e diretrizes do PNAE apoiarem a importância da alimentação saudável e diversificada, compreendendo a cultura, as tradições, os hábitos locais e regionais, a Prefeitura Municipal de Catalão (GO) impõe ao grupo a ideia do monocultivo. Esta não aceita a entrega de produtos cultivados e consumidos localmente, como jiló, guariroba, pequi, manga, entre outros, e alega que as crianças não gostam. Na lista, a Prefeitura exige produtos que não são produzidos na região, como pera, ameixa, maçã, batata inglesa etc. Para os panificados, a prefeitura está propondo, em um possível projeto de 2015, apenas dois produtos.

Destaca-se, nos relatos da coordenação do Grupo de Mulheres do MCP, que em várias prefeituras foi reclamado que os agricultores familiares não produzem quase nada, que não possuem diversidade produtiva.

Primeiramente, é interessante notar que nunca questionam a ausência de políticas públicas para o campo, que, quando existem, não alteram a situação e não visam o real desenvolvimento dessas populações.

Em segundo lugar, os prefeitos não conhecem a agricultura familiar dos seus municípios. Para Fernandes (2013), a agricultura camponesa, ou agricultura familiar, possui seu potencial na produção de alimentos fundados na diversidade e no uso múltiplo dos recursos naturais. Assim, o fato de produzirem alguns produtos direcionados a atender o mercado, como os institucionais, no caso do PNAE, pode ser considerado como uma tática de sobrevivência, principalmente, em um Brasil onde apenas o grande produtor (agronegócio) no campo tem privilégios e recursos garantidos. Em terceiro, de acordo com a Lei do PNAE, mais especificamente no Art 15 da Resolução n. 38/2009:

Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada. (LEI 11. 947).



No PNAE, é o nutricionista o responsável por mapear os produtos da agricultura familiar local e elaborar os cardápios, bem como informar a Entidade Executora a demanda, como especificar os produtos e as suas respectivas quantidades. No entanto, ocorre que os nutricionistas desconhecem essa realidade do campo e impõe a visão alimentar urbano-industrial dos defumados, enlatados etc. como nutritiva e saudável. Em alguns casos, os nutricionistas são contratados temporariamente (no máximo 4 anos), estão sempre sobrecarregados e não possuem autonomia para realizar e cumprir seus trabalhos.

O PNAE indica uma coisa e, na prática, tem-se realizado outra. O diálogo dos agricultores com as prefeituras não é fácil. As escolas possuem um papel fundamental na formação do hábito alimentar. Mas, como uma criança vai aprender a comer jiló e quiabo sendo que nunca esses alimentos foram inseridos na sua alimentação? É evidente que uma criança que não teve uma educação alimentar, ou seja, que não foi iniciada a comer frutas e verduras, vai ter certa resistência. Todavia, a ideia é formar, educar as crianças para adquirirem novos hábitos alimentares.

Vários pesquisadores têm alertado para a trágica situação alimentar da humanidade. Primeiro que, em pleno século XXI, existem pessoas que não possuem o que comer, passam fome diariamente, sendo a produção mundial de alimentos mais que suficiente para atender a demanda da população mundial. Existem aqueles que comem muito, mas com pouca qualidade e diversidade. Stédile (2013) ressalva que:

Estima-se que os povos pré-históricos alimentavam de mais de 1.500 espécies de plantas e que pelo menos 500 dessas espécies e variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Atualmente, apenas 30 vegetais cultivados perfazem 95% da dieta humana, e o trigo, arroz, milho, e soja representam mais de 85% do consumo de grão. (STÉDILE, 2013, p. 222).

Considerando as transformações provocadas pela dita “Revolução Verde” ou “Modernização da agricultura”, é verdade que a sua influência vai além dos aspectos ecológicos e econômicos.

É preciso entender, também, as perdas sociais e culturais desse processo de “modernização no campo” que atingiu toda a agricultura familiar e, em específico, aumentou ainda mais a desvalorização das mulheres. De acordo com Biase e Siliprandi (2012):

Esse movimento poderia ser interpretado apenas em seu sentido de “liberação” das mulheres das tarefas domésticas. Porém, a realidade é mais complexa, e percebe-se que, no meio rural, foi acompanhado de uma desvalorização das mulheres e grande redução dos espaços de produção para auto-consumo. O alimento industrializado passou a ser mais adquirido e desejado por todos do que o alimento *in natura*. O conhecimento científico que fundamenta a produção industrial gradativamente passou a prevalecer sobre o saber tradicional ou analógico que fundamentou durante diversas gerações a produção e o processamento de alimentos na realidade agrícola familiar. Essa tendência não foi acompanhada de uma revalorização do trabalho feminino em outros espaços ou de uma maior autonomia financeira e pessoal. É neste sentido que o saber feminino relacionado à produção e ao processamento dos alimentos sofreu grande desvalorização e vem sendo obscurecido com o passar das gerações. Destituídas de saberes femininos, as mulheres perdem seus espaços e suas funções na esfera produtiva, e tornam-se ainda mais dependentes. (BIASE E SILIPRANDI, 2012, p. 2).

Nesse contexto, para o Grupo de Mulheres do MCP, O PNAE é uma política pública que apresenta possibilidades de contribuir para se reverter essa situação da mulher, guiando-a num caminho emancipatório. O PNAE é essencial para melhoria da renda das famílias, para a valorização e divulgação dos saberes e sabores produzidos pelas mulheres em diversos espaços e tempos no campo, como também para reafirmar a existência de outra lógica no campo que não é a do agronegócio, o qual envenena e destrói a nossa rica sociobiodiversidade. Assim, apesar das dificuldades e do descaso do Estado, a agricultura familiar, ou camponesa, tem resistido historicamente no país, produzindo, ainda, mais de 60% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros diariamente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É verdade que a Lei 11.947, de 2009, do PNAE é uma política pública muito recente. Apesar disso, a partir de suas diretrizes e princípios, pode-se considerá-la uma política pública que tem um forte potencial de desenvolvimento local e regional para a agricultura familiar e, concomitantemente, para a valorização dos saberes e sabores locais.

Em Catalão (GO), é válido afirmar que o PNAE tem contribuído fortemente para a melhoria da renda e para a permanência, no campo, das 54 famílias que o acessaram, principalmente, das mulheres. O PNAE pode ser considerado, entre as poucas políticas no município de Catalão (GO), a que teve maior alcance na vida das mulheres do campo. São elas quem tem coordenado o Grupo de Mulheres do MCP, que comercializa via PNAE. Assim, é preciso destacar a necessidade de se revalorizar o saber local das mulheres como elemento estruturante do PNAE nesse município.

O PNAE é uma política pública que tem o objetivo de favorecer o desenvolvimento local, de suprir as desigualdades e as injustiças sociais, como faz ao reconhecer a importância das mulheres do campo. Em 2014, as famílias agricultoras de Catalão (GO), em sua maioria composta por mulheres, receberam mais de 1 milhão de reais, que antes ficava nas mãos das poucas e grandes panificadoras da cidade.

Apesar das dificuldades do Poder Público Municipal de Catalão (GO) em reconhecer os hábitos alimentares locais, ou seja, a cultura alimentar do campo, muitas famílias descrevem que, mesmo com a pouca autonomia na produção do que entregam pelo PNAE, se sentem valorizadas e gratificadas ao produzir alimentos para merenda escolar de seus filhos e dos filhos das famílias da cidade. Muitas mulheres sempre fabricaram alimentos para as famílias no campo e, agora, têm a possibilidade de melhorar a renda.

A comercialização no PNAE traz uma reafirmação; os produtos elaborados por essas mulheres são de qualidade, nutritivos, saudáveis e saborosos. Isso aumenta a confiança, a satisfação e a dignidade delas no campo.

No entanto, pelo fato de a Prefeitura Municipal de Catalão (GO) ter agido de forma antidemocrática e veiculado informações falsas sobre os produtos das famílias agricultoras, por questões políticas partidárias, e, também, em função da recusa de assinar o Projeto do PNAE para 2015, a renda de muitas famílias está comprometida e a situação tende a piorar. Nos últimos 3 anos, muitas famílias agricultoras de Catalão (GO) fizeram vários investimentos na compra e melhoria da irrigação para a produção de hortaliças e frutas. Muitos adequaram, ampliaram e construíram cozinhas específicas para a fabricação dos panificados. Alguns agricultores (as) compraram fornos industriais, batedeiras, panelas, formas etc.

Verifica-se, portanto, uma situação muito delicada para o Grupo de Mulheres do MCP no tocante ao acesso ao PNAE em Catalão (GO). É notório que a operação das políticas públicas do Estado brasileiro sofre muitas influências e alterações das outras esferas que o compõem (Municipal, Estadual e Federal). No caso de Catalão (GO), observam-se casos de desconhecimento por parte dos envolvidos, a falta de vontade política da Prefeitura para solucionar a ausência de inspeção sanitária municipal, o distanciamento da Secretaria da Educação e da Agricultura com os agricultores e o uso político partidário do governo municipal sobre o PNAE. Nesse sentido, muitas políticas públicas no Brasil, em específico, as voltadas para os trabalhadores, não são políticas de Estado, mas de governos, sendo que muitas possuem prazo de validade de 4 anos e outras nem saem do papel.

É bem verdade que o poder e a autonomia dessas outras esferas do Estado não são neutros, pelo contrário, caracterizam algo muito bem arquitetado. Se houvesse políticas públicas de Estado comprometidas seriamente com a classe trabalhadora do campo e da cidade, a Prefeitura de Catalão (GO) jamais agiria dessa forma antidemocrática, não recusaria a assinar o projeto com os(as)

agricultores(as) e, assim, buscaria mais aproximação para avançar e melhorar o PNAE. Então, resta ao Grupo de Mulheres do MCP exercer seus direitos de manifestar e cobrar do Município de Catalão (GO) o cumprimento da Lei que rege o PNAE.

REFERÊNCIAS

BIASE, L. de; SILIPRANDI, E. C. **Produção familiar e alimentação escolar**: possibilidades de valorização do espaço feminino na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6, 2012, Belém. Anais... Belém. 2012. p. 1-4. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT2-502-358.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

BRASIL. **Lei N. 11. 947, de 16 de junho de 2009**. Institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em <http://www.Planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em 5 de jan. 2015.

FERNANDES. B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente : [s.n], 2013.

MOVIMENTO CAMPONESES POPULAR (MCP). Disponível em: < <http://www.mcpbrasil.org.br/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE CATALÃO. Disponível em: <<http://www.catalao.go.gov.br/orgao/secretaria-da-educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

STÉDILE, J. P. **Capitalismo e política alimentar**: o mundo não pode ser um grande supermercado. Brasil: Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil, 2013.